

2018 BALANÇO 2019 CIDADÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA



2018 BALANÇO CIDADÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO DE
SANTA CATARINA



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA

DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

GESTÃO

Eduardo Pinho Moreira

GOVERNADOR DO ESTADO

Carlos Moisés da Silva

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Paulo Eli

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO

Daniela Cristina Reinehr

SECRETÁRIA ADJUNTA DA FAZENDA

Michele Patricia Roncalio

EQUIPE TÉCNICA

Maria Luiza Seemann – Diretora de Contabilidade Geral

Gilceu Ferreira – Gerente de Informações Contábeis

Geraldo Catunda Neto

Isis Paz Portinho

Janice Vilsélia Pacífico da Silveira

Kely Cristina da Silva Truppel

Roberto Mosânio Duarte de C. Junior

Rosangela Della Vechia

Vagner Alonso Pacheco

S231 Santa Catarina. Secretaria de Estado da Fazenda.
Balço Cidadão 2018: Estado de Santa Catarina. – Florianópolis: Secretaria de
Estado da Fazenda, Diretoria de Contabilidade Geral, 2019.

55 p. : il.

1. Administração Pública - Contas. 2. Contabilidade Pública. 3. Controle Social.
4. Prestação de Contas. 5. Transparência. I. Título.

CDD 351.723

Ficha catalográfica: Dayane Dornelles – CRB 14/1212

FONTES DE DADOS

Balço Geral do Estado (2018)

Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (SICOP)

REVISÃO TEXTUAL

Oficina do Texto

DIAGRAMAÇÃO

Minuta Comunicação e Desenvolvimento Social - EIRELI

OLÁ, CIDADÃO!

Você está convidado a conhecer um pouco mais sobre as finanças do Estado de Santa Catarina de uma maneira simples e rápida.

O Balanço Cidadão de 2018 é um pequeno resumo da Prestação de Contas entregue pelo Governador do Estado à sociedade e ao Tribunal de Contas.

Nesta publicação, vamos apresentar os valores arrecadados e gastos por Santa Catarina para que você, cidadão, possa entender o funcionamento da administração dos recursos públicos e auxiliar no controle e na fiscalização do que foi aplicado pelo Estado.

Por meio da simplificação da linguagem e do uso de ilustrações, esta iniciativa busca a transparência das contas públicas e a aproximação com o cidadão.

Boa leitura!

Maria Luiza Seemann
Diretora de Contabilidade Geral



SUMÁRIO

COMO FUNCIONA O ESTADO CATARINENSE?	6
COMO O ESTADO ESTÁ ORGANIZADO?	8
O QUE É ORÇAMENTO PÚBLICO?	11
COMO OCORRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS?	13
QUANTO FOI ARRECADADO PELO ESTADO?.....	15
DO VALOR ARRECADADO, QUANTO FOI TRANSFERIDO POR CONTA DE EXIGÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS?	21
ONDE FORAM APLICADOS OS RECURSOS?	28
EDUCAÇÃO	30
SAÚDE	32
SEGURANÇA PÚBLICA	35
JUSTIÇA E CIDADANIA.....	38
AGRICULTURA	40
SERVIDORES ATIVOS	42
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS.....	43
OBRAS DE INFRAESTRUTURA	44
ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	46
DÍVIDA PÚBLICA.....	48
QUANTO FOI GASTO PELO ESTADO?.....	50
QUAL FOI O RESULTADO DO ANO?	51
VAMOS GOVERNAR JUNTOS?	52

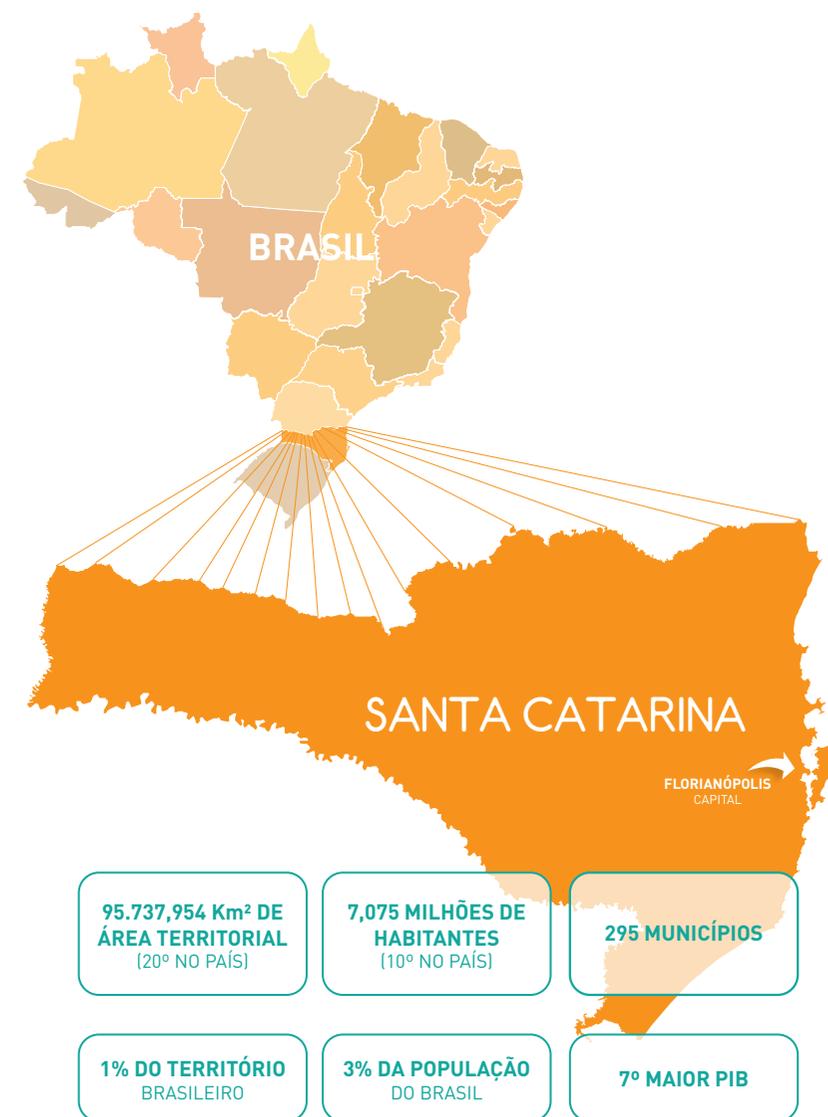
CAPÍTULO 1

COMO FUNCIONA O ESTADO CATARINENSE?

Santa Catarina é um estado territorialmente pequeno, mas com uma diversidade cultural e econômica única. Também merecem destaque os seus índices de desenvolvimento, que são referência para os demais estados brasileiros.

A economia catarinense é bastante diversificada e está organizada em vários polos distribuídos em diferentes regiões do Estado. A diversidade de climas, paisagens e relevos estimula o desenvolvimento de inúmeras atividades como agricultura, indústria, tecnologia, serviços, construção civil e turismo, atraindo investidores e permitindo que a riqueza possa ser distribuída em todas as regiões de Santa Catarina.

Parte da riqueza gerada pela economia é destinada ao Estado por meio dos tributos arrecadados para custear a prestação dos mais variados serviços públicos, como saúde, educação, assistência social, acesso à justiça, segurança e infraestrutura. Além dos tributos, o Estado possui outras receitas e também recebe transferências da União.

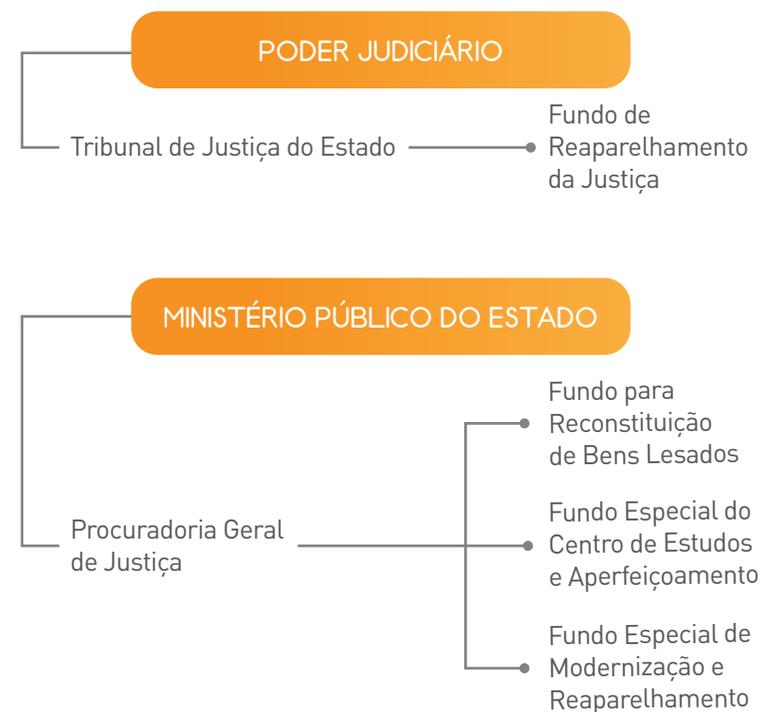


CAPÍTULO 2

COMO O ESTADO ESTÁ ORGANIZADO?

O Estado é dividido nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Como princípio básico da democracia, as funções estatais são distribuídas para evitar a concentração de poder e para que cada Poder possa fiscalizar o outro e trabalhar harmonicamente em benefício da sociedade.

Em Santa Catarina, os Poderes estão organizados da seguinte maneira:



Estrutura organizacional do Estado em 2018:



¹ Defensoria Pública, Gabinete do Vice-Governador, Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas, Procuradoria Geral do Estado, Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Ministério Público.



Executivo

Responsável por administrar o Estado, realizar as políticas públicas de interesse da população e aplicar as leis.

Legislativo

Tem como função ordenar e criar leis para o Estado, além de julgar e fiscalizar as contas estaduais.



Judiciário

Responsável por julgar tendo por base as leis criadas pelo Legislativo e pelas constituições Estadual e Federal.

Ministério Público

Instituição independente que não pertence a nenhum dos três Poderes e atua na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais, como o direito à vida, à saúde, à educação, à moradia, ao meio ambiente, entre outros.



CAPÍTULO 3

O QUE É ORÇAMENTO PÚBLICO?

Entre as funções que realizam, os Poderes têm em comum a elaboração do seu orçamento anual, no qual eles projetam as suas receitas e despesas para depois executá-las conforme o plano realizado.

O orçamento nada mais é do que um planejamento de curto prazo em que o Governo estima as receitas que serão arrecadadas no ano seguinte e faz uma programação de como vai gastar esses recursos. É no orçamento que o Estado define a alocação de recursos para a manutenção de hospitais, rodovias, construção de escolas, pagamento dos servidores, manutenção de suas atividades, pagamento da dívida, entre outros.

Na elaboração do orçamento, deve ser seguido o Princípio do Equilíbrio Orçamentário, que diz que não é possível gastar mais do que os recursos disponíveis, o que obriga a gestão estadual a estabelecer prioridades.

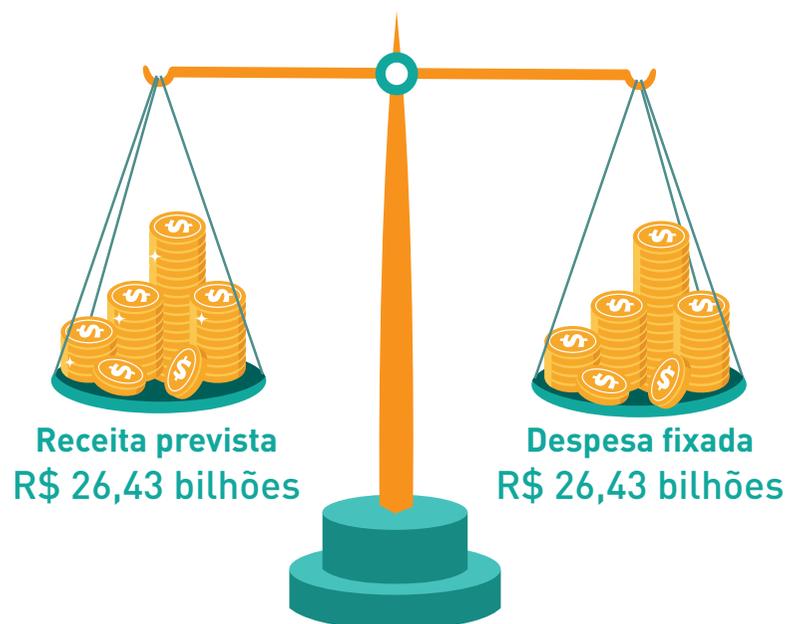
Ao estimar a receita, o Estado precisa prever a retirada de determinados valores dos quais, apesar de arrecadar, ele não pode dispor. São as chamadas deduções da receita, como é o caso de parte dos impostos arrecadados que precisa ser destinada aos municípios. Levando-se em conta essa exclusão, chega-se à Receita Líquida do Estado, valor que é considerado para a fixação da despesa a fim de manter o equilíbrio orçamentário.

Essas informações são reunidas no projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA), o qual é enviado para análise da ALESC, sendo discutido em audiências públicas e debatido nas comissões técnicas antes de ser aprovado em plenário.

Além da LOA, o planejamento do setor público estadual é elaborado a partir de mais dois instrumentos (leis), conforme determina a Constituição Federal de 1988: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece metas e prioridades para o orçamento do próximo ano e o Plano Plurianual (PPA), que traça as diretrizes, os objetivos e as metas para os próximos quatro anos.

Durante o ano, vai ocorrendo a execução do orçamento, ou seja, o ingresso de valores (receitas) e a aplicação desses recursos (despesas), com observância nas definições da LOA (Lei Estadual nº 17.219/2017) que foi aprovada.

Posteriormente, os Poderes devem prestar contas para a sociedade.



CAPÍTULO 4

COMO OCORRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS?

Ao finalizar o exercício financeiro, o Estado é obrigado a apresentar a sua prestação de contas. Assim, todas as receitas e despesas realizadas durante o ano pelo Poder Público são consolidadas. Este termo é utilizado porque, além da prestação de contas do Poder Executivo, também são reunidas as do Legislativo bem como as do Judiciário e do Ministério Público.

O Poder Executivo é o responsável por essa consolidação. Como o Governador é o chefe do Poder Executivo, é ele quem entrega a Prestação de Contas Consolidada para o Tribunal de Contas do Estado (TCE) analisar. O envio da prestação de contas do ano anterior deve ocorrer dentro de 60 dias após a abertura da sessão legislativa estadual, que geralmente é no início de fevereiro de cada ano.

Ao receber a prestação de contas, o TCE verifica se ela está regular, observando, entre outros pontos, se os recursos arrecadados foram aplicados conforme a legislação. Após a análise, o TCE emite em até 60 dias o parecer prévio do recebimento da prestação de contas, o qual poderá aprovar ou reprovar as contas do Governador, emitindo também ressalvas e recomendações para serem verificadas.

Em seguida, o parecer do TCE é encaminhado à Assembleia Legislativa para que os deputados estaduais julguem se as contas devem ser aprovadas ou reprovadas.

A IMPORTÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

Como você observou, o Estado tem o dever de prestar contas para os órgãos de controle e para a sociedade, mas, apesar dessa obrigação legal, muito se discute sobre a importância da aplicação correta dos recursos públicos. Administrar esses recursos é um trabalho de extrema complexidade. Os cidadãos demandam cada vez mais serviços públicos. Já os recursos financeiros infelizmente são escassos e limitados.

Além disso, o Governo não pode aplicar livremente os valores que recebe com a cobrança de tributos e de outras fontes de receitas. Existem algumas regras e obrigações a serem seguidas, como é o caso das transferências legais aos municípios, que devem ser respeitadas. Em tempos de escassez, gerir no que o recurso deve ser gasto, o que deve ser priorizado e em que momento aplicar torna-se de vital importância para o equilíbrio das contas públicas e para o atendimento dos anseios da sociedade.

Assim, objetivando entender como funciona a administração dos recursos públicos, convidamos você a se colocar no lugar dos gestores estaduais e conhecer melhor as finanças de Santa Catarina em 2018. Esse exercício é muito importante para aperfeiçoar o entendimento da máquina pública e reforçar as ações de acompanhamento da gestão e de controle social, pois, quanto mais conhecemos o funcionamento do Estado, mais nos tornamos cidadãos conscientes do nosso papel na sociedade.

CAPÍTULO 5

QUANTO FOI ARRECADADO PELO ESTADO?

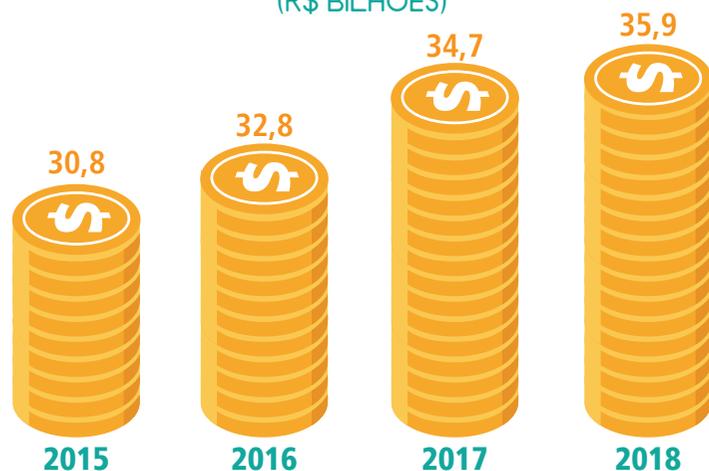
Antes de programar os gastos públicos, é necessário saber de quanto dinheiro o Governo poderá dispor durante o ano para aplicar em saúde, educação, segurança pública e nas demais áreas de sua atuação.

Para isso, o Estado prepara uma projeção de quanto deverá arrecadar com impostos, taxas e outras receitas durante o ano. Em 2018, o valor previsto da receita bruta foi de R\$ 36,3 bilhões, e o da receita líquida ficou em R\$ 26,4 bilhões, ambos aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

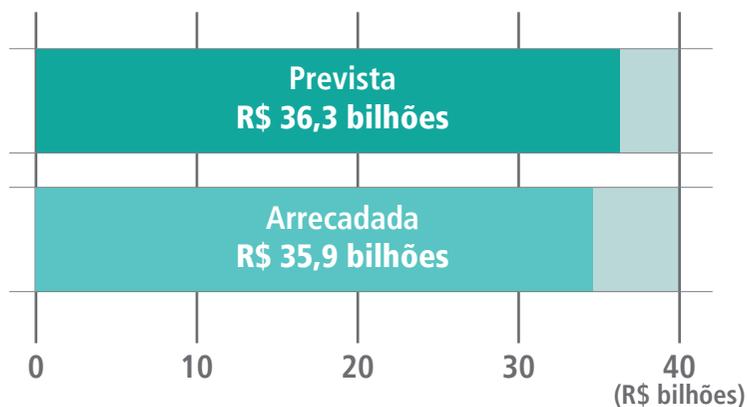
Após o término do exercício de 2018, os valores arrecadados ficaram um pouco abaixo do previsto: R\$ 35,9 bilhões de receita bruta e R\$ 25,8 bilhões de receita líquida.

A maior parte da receita estadual foi arrecadada pelo Poder Executivo (R\$ 35,4 bilhões de receita bruta e R\$ 25,3 bilhões de receita líquida), que é o responsável também por repassar uma parcela dos recursos para os demais Poderes e Órgãos.

ARRECADAÇÃO BRUTA (R\$ BILHÕES)



RECEITA BRUTA

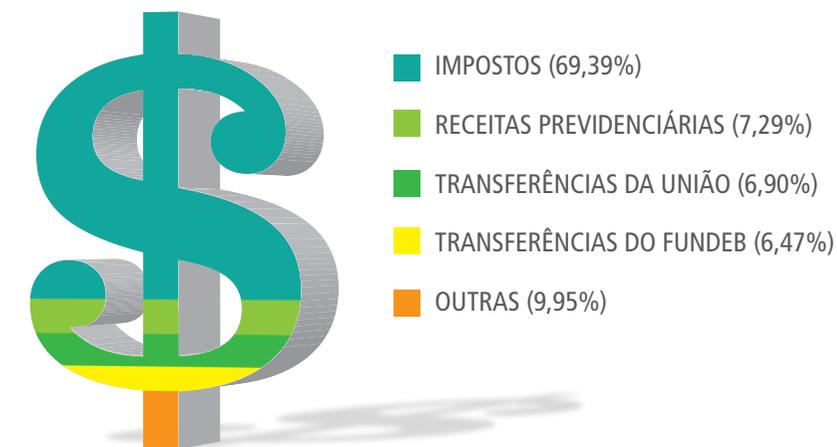


QUAIS AS PRINCIPAIS RECEITAS DO ESTADO?

Os impostos são a principal receita do Estado. Por isso, o Governo precisa atentar para que a arrecadação com impostos nunca diminua e, portanto, não prejudique a prestação de serviços públicos de saúde, educação, segurança pública, agricultura, além da execução de obras e manutenção de estradas, por exemplo.

Em 2018, a arrecadação dos impostos somou R\$ 24,94 bilhões², o que representa 69% do total arrecadado.

Além dos impostos, outras receitas também fazem parte da arrecadação estadual de 2018, como as receitas previdenciárias provenientes das contribuições ao regime próprio de previdência do servidor (R\$ 2,62 bilhões), das transferências da União (R\$ 2,48 bilhões) e das receitas recebidas do Fundeb³ (R\$ 2,32 bilhões).



² O valor inclui as multas, os juros e a dívida ativa.

³ Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

O TOTAL DE R\$ 24,94 BILHÕES
ARRECADADO COM IMPOSTOS
DARIA PARA COMPRAR O QUÊ?



204.386
AMBULÂNCIAS⁴



13.633.177
COMPUTADORES⁵

⁴ Considerando-se uma ambulância zero quilômetro no valor de R\$ 122.000,00.

⁵ Considerando-se um computador no valor de R\$ 1.829,00.

O ICMS⁶ E O IPVA⁷ SÃO
OS PRINCIPAIS IMPOSTOS
ARRECADADOS PELO ESTADO

MUNICÍPIOS QUE MAIS
ARRECADARAM EM 2018



- 1º Florianópolis
- 2º São Francisco do Sul
- 3º Joinville
- 4º Itajaí
- 5º Blumenau
- 6º Lages
- 7º São José
- 8º Brusque
- 9º Criciúma
- 10º Chapecó

⁶ ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual Intermunicipal e de Comunicação.

⁷ IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

AGORA VOCÊ JÁ SABE QUANTO
INGRESSOU NO ESTADO EM 2018:

FORAM
**R\$ 35,9
BILHÕES**

Você também sabe que parte desse dinheiro não fica em poder do Estado, que precisa destinar de maneira obrigatória esses valores. No próximo capítulo, você entenderá melhor essa obrigação e descobrirá quanto dinheiro sobra para o Estado gastar.

CAPÍTULO 6

DO VALOR ARRECADADO, QUANTO FOI TRANSFERIDO POR CONTA DE EXIGÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS?

O Poder Executivo arrecada a maioria dos recursos, mas não fica com o total arrecadado. De acordo com dispositivos constitucionais e legais, é necessário transferir o percentual dos impostos do Estado para os municípios, depositar no Fundeb a parcela que lhe cabe para garantir a aplicação dos recursos na educação e repassar aos outros Poderes e Órgãos o que está previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A partir de agora, você entenderá melhor cada uma dessas transferências constitucionais e legais para o exercício de 2018.



QUANTO DA ARRECADAÇÃO O ESTADO PRECISA TRANSFERIR PARA OS MUNICÍPIOS?

De acordo com a Constituição Federal, o ICMS e o IPVA precisam ser divididos com os municípios. O ICMS está embutido em praticamente todos os produtos que consumimos, desde o nosso arroz com feijão do dia a dia até os veículos, os televisores e as geladeiras. O IPVA é pago anualmente pelas pessoas que possuem veículos.

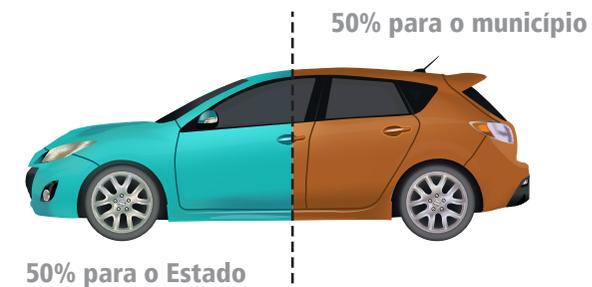
Todos os meses, o Estado precisa repassar aos seus 295 municípios 25% do ICMS e 50% do IPVA arrecadados.



ICMS

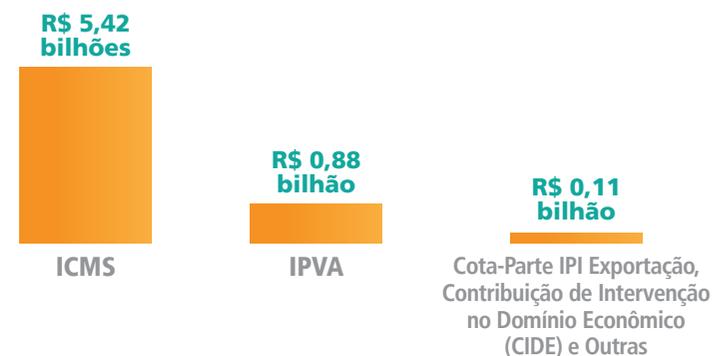


IPVA



Além de repassar essas receitas, o Estado também precisa dividir com os municípios parte dos valores que recebe da União referentes ao IPI-Exportação (25%) e à CIDE (25%).

Em 2018, foram repassados aos municípios R\$ 6,40 bilhões:



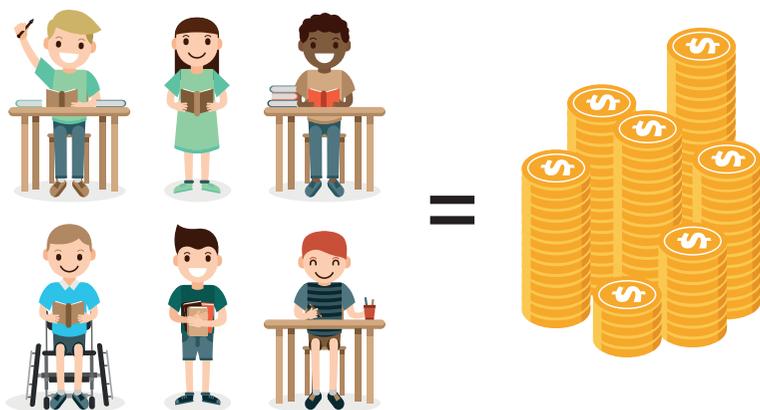
QUANTO O ESTADO PRECISA DEPOSITAR PARA O FUNDEB?

O Estado e os municípios contribuem para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Eles depositam 20% das suas receitas de impostos e transferências para atendimento à educação básica, que abrange tanto a rede estadual quanto a rede municipal de ensino.

Esse valor depositado para o Fundeb é dividido entre o Estado e os municípios na proporção do número de alunos atendidos na educação básica presencial das respectivas redes.

Os municípios recebem recursos do Fundeb com base no número de alunos matriculados na educação infantil e no ensino fundamental. Já o Estado recebe esses recursos considerando o número de alunos matriculados nos ensinos fundamental e médio.

QUANTO MAIS MATRÍCULAS, MAIS DINHEIRO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA



POUPANÇA DO FUNDEB EM 2018

R\$ 3,74 bilhões

Pago ao Fundeb

R\$ 2,32 bilhões

Recebido do Fundeb

R\$ 1,42 bilhão

Diferença

Em 2018, Santa Catarina transferiu para o Fundeb R\$ 3,74 bilhões. Desse valor, R\$ 2,32 bilhões retornaram ao Estado para serem aplicados em educação considerando a metodologia de divisão do Fundeb. A diferença de R\$ 1,42 bilhão ficou nos municípios catarinenses para que esse valor seja destinado à educação e ao desenvolvimento das crianças e dos jovens que vivem aqui.

QUANTO O ESTADO DEVE REPASSAR PARA OUTROS PODERES E ÓRGÃOS?

O Estado precisa repassar mensalmente uma parte dos recursos arrecadados à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, à Universidade do Estado de Santa Catarina e ao Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos do Estado.

Esse repasse, também chamado de duodécimo, está previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que apresenta um percentual a ser aplicado sobre a Receita Líquida Disponível (RLD), conceito que abrange as principais receitas do Estado, sendo os impostos e as transferências recebidas da União os valores mais representativos.

Os repasses de 2018 foram realizados pelo Estado com base nos seguintes percentuais da RLD:

Tribunal de Justiça	9,41%	Udesc	2,49%
Assembleia Legislativa	4,34%	Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina	0,17%
Ministério Público	3,98%		
Tribunal de Contas	1,66%		

Transferências aos Poderes e Órgãos em 2018

ENTIDADE	VALOR (R\$ milhões)
Tribunal de Justiça	1.531,72
Assembleia Legislativa	706,45
Ministério Público	647,85
Udesc	405,31
Tribunal de Contas	270,21
Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de SC	27,67
Total	3.589,21

QUANTO SOBROU DE RECURSOS APÓS AS TRANSFERÊNCIAS LEGAIS?

O Poder Executivo repassou por transferências legais R\$ 13,77 bilhões, sobrando R\$ 22,17 bilhões para utilizar.



⁸ Do valor total repassado ao Fundeb, R\$ 2,32 bilhões retornaram ao Estado e estão somados ao valor total arrecadado (R\$ 35,94 bilhões).

CAPÍTULO 7

ONDE FORAM APLICADOS OS RECURSOS?

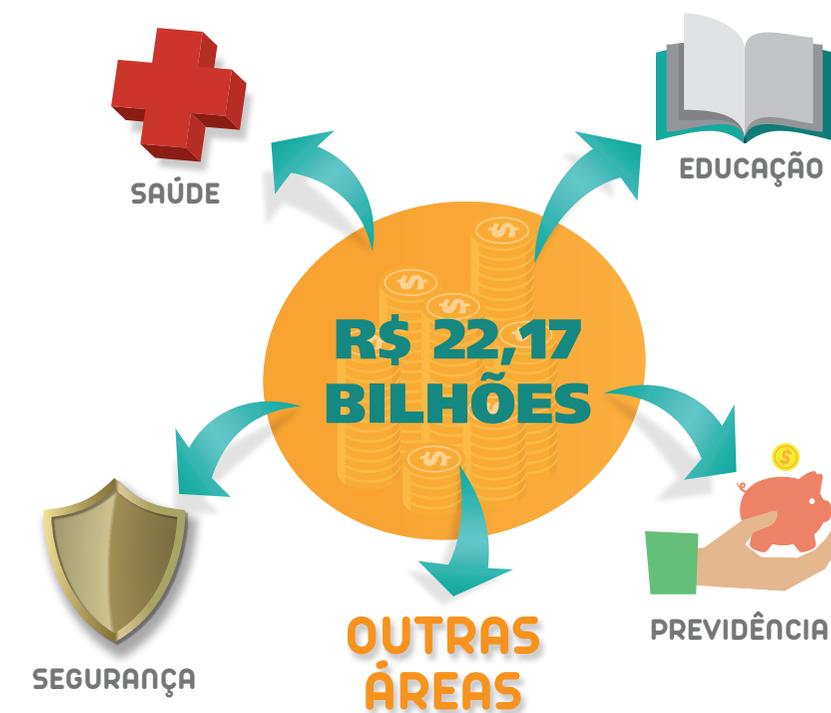
Até aqui mostramos como ocorre o ingresso dos recursos estaduais, que vai desde a arrecadação bruta, a repartição obrigatória para os municípios, até a necessidade de depositar valores para o Fundeb e atender a outras obrigações. Ou seja, nem tudo que arrecada o Estado pode utilizar.

O Poder Executivo precisa agora destinar R\$ 22,17 bilhões que sobraram para atender às diversas despesas públicas em sintonia com a Lei Orçamentária Anual (LOA).



Esse é um momento fundamental para você refletir sobre a diversidade de serviços e de áreas que precisam ser consideradas ao ser definida a aplicação dos recursos, como educação, saúde e segurança pública.

Por isso, a partir de agora, você saberá como foram aplicados os recursos nas principais áreas de governo, conhecendo também outros gastos importantes realizados em 2018.



VAMOS EM FRENTE!

EDUCAÇÃO

A educação é um direito fundamental que ajuda não só no desenvolvimento do Estado, mas também de cada indivíduo. Os impactos da educação são extensos e profundos. Uma educação de qualidade promove a igualdade social, fortalece a democracia e a cidadania, contribui para o combate à pobreza, impulsiona o crescimento da economia, promove a saúde pública, diminui a violência, ajuda a proteger o meio ambiente, garante o acesso a outros direitos, entre outros tantos benefícios.

VALOR GASTO R\$ 3,73 bilhões

Manutenção dos serviços

R\$ 0,97 bilhão

Salário e encargos

R\$ 2,55 bilhões

Obras, equipamentos e demais investimentos

R\$ 0,15 bilhão

Outras despesas

R\$ 0,06 bilhão

O Estado é responsável pela oferta prioritária do ensino médio e pela garantia do ensino fundamental, em conjunto com os municípios. Além dos ensinos fundamental e médio, Santa Catarina também oferece o ensino superior por meio da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

RAIO X DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

36.674 professores
23.197 temporários (ACTs)
13.477 efetivos

Ingresso de **1.000 servidores** efetivos no quadro do magistério público estadual

5,3 milhões de documentos digitalizados por meio da gestão automatizada de dados, tornando os processos mais ágeis, transparentes e econômicos

Ampliada a rede de fibra ótica de **78 escolas** catarinenses

Aproximadamente **138 mil alunos** beneficiados com transporte escolar distribuídos em 289 municípios

1.277 unidades escolares

Kits tecnológicos⁹ entregues a 50 escolas

758 escolas com jornada ampliada

Mais de **10 mil vagas** oferecidas em seminários e cursos de formação continuada para os diversos profissionais da rede estadual de ensino

514.044 alunos matriculados

27.127 estudantes beneficiados com bolsas parciais ou integrais em cursos de graduação ou pós-graduação

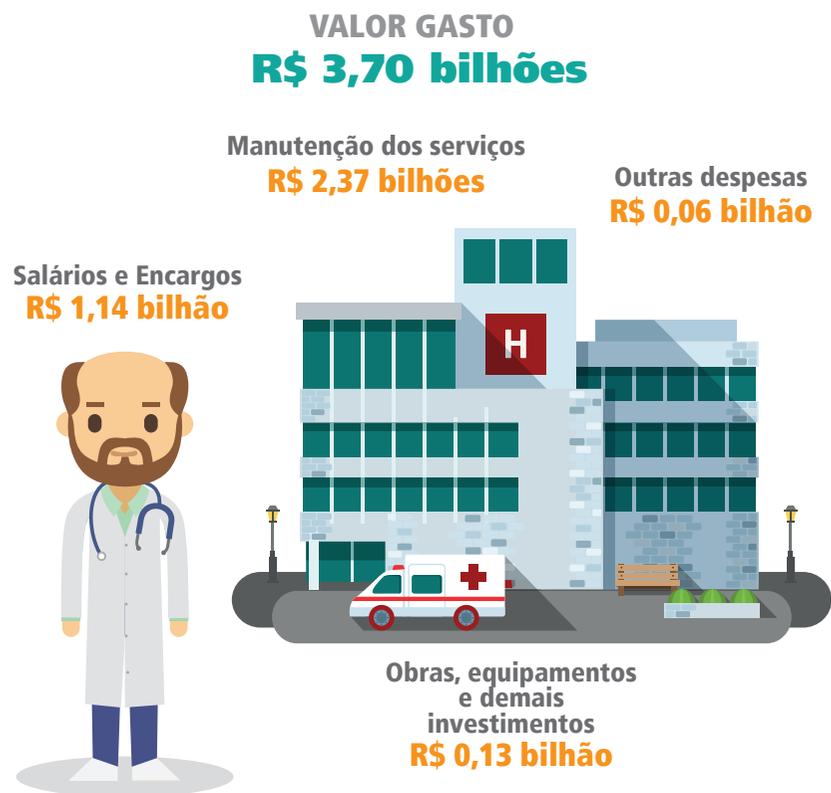
100% dos alunos atendidos pelo Programa Estadual de Alimentação Escolar

⁹ O kit tecnológico é composto por suporte projetor, estação de trabalho, notebook, recarga, lousa digital, tablet, webcam, pendrive, aparelho de som, televisor 55 polegadas, projetor, tela de projeção, caixa de som amplificada e suporte giratório para TV.

SAÚDE

A saúde pública tem por objetivo promover a melhoria e o bem-estar dos cidadãos. É um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

O Governo precisa dar uma atenção especial à saúde, que é uma das áreas que a população mais demanda do serviço público. Como diz o dito popular, "com saúde não se brinca".



Com os valores aplicados em saúde no ano de 2018, foi possível atender a população catarinense por meio de 13 hospitais estaduais administrados pelo Estado e 5 hospitais por organizações sociais, com destaque para:

- Campanhas de vacinação: foram aplicadas 1.235.417 (90% da meta) doses da vacina contra a Influenza (gripe) e 710.050 (95% da meta) doses contra a Pólio e o Sarampo.

Prevenção HIV/AIDS, Sífilis e Hepatites B e C

- 1 milhão de testes rápidos
- 7 milhões de preservativos distribuídos
- Tratamento mensal de 25 mil adultos, 173 crianças e 160 gestantes (redução de mortalidade por AIDS nos próximos anos)

Controle da Dengue

- 1.000 ações de supervisão em todos os municípios catarinenses
- 200 agentes de controle de endemias municipais capacitados
- Análise de 200 mil larvas de *Aedes aegypti*

Vigilância Sanitária

- 2.386 inspeções sanitárias realizadas de janeiro a outubro
- 61 Planos Municipais de Emergências em Saúde Pública
- 97% dos municípios pactuaram ações básicas em vigilância sanitária

- Fornecimento de medicamentos à população para combater diversas doenças, das mais simples às mais complexas.

Componente Básico

Medicamentos para atendimento do primeiro nível de atenção à saúde, tais como anti-hipertensivos, antidiabéticos, contraceptivos, antibióticos e outros.

Componente Estratégico

Medicamentos para tratamento de doenças com importância epidemiológica, tais como AIDS/HIV, tuberculose, hanseníase, meningite, influenza, sífilis, entre outras.

- 25 mil pacientes com HIV tratados/mês
- 597 crianças atendidas com Palivizumabe
- distribuição de 48.403 frascos de penicilina para sífilis

Componente Especializado

Medicamentos utilizados em nível ambulatorial, geralmente de uso contínuo, com custo de tratamento mais elevado ou de maior complexidade, tais como artrite, asma, esquizofrenia e doença de Alzheimer.

- 91 protocolos clínicos
- 128 mil pacientes atendidos
- 20% de pacientes com dislipidemia
- 18% com asma e doença pulmonar obstrutiva grave
- 10% com esquizofrenia

SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública tem tomado grande parte da atenção da sociedade, dos meios de comunicação e dos governos por conta do aumento da violência e da criminalidade em geral. O Estado deve estar sempre atento, pensando em maneiras para fortalecer essa área.

Santa Catarina promove a segurança pública por meio da gestão das polícias Militar e Civil, do Corpo de Bombeiros, do Instituto Geral de Perícias (IGP) e do Departamento Estadual de Trânsito de SC (DETRAN).

VALOR GASTO
R\$ 2,79 bilhões

Pessoal e encargos
R\$ 2,01 bilhões

Manutenção dos serviços
R\$ 0,70 bilhão



A maior despesa da área de segurança pública refere-se ao pagamento de salários e encargos do seu pessoal. Em 2018, esse valor representou 72% do total da despesa em segurança pública, totalizando R\$ 2,01 bilhões.

PESSOAL E ENCARGOS R\$ 2,01 bilhões



Polícia Militar
R\$ 1,10 bilhão



Polícia Civil
R\$ 0,46 bilhão



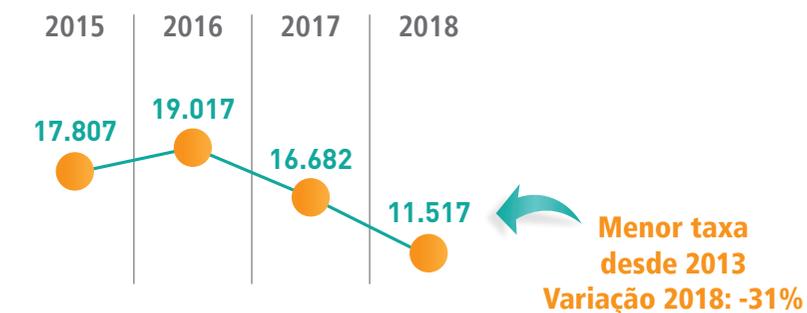
Corpo de Bombeiros
R\$ 0,29 bilhão



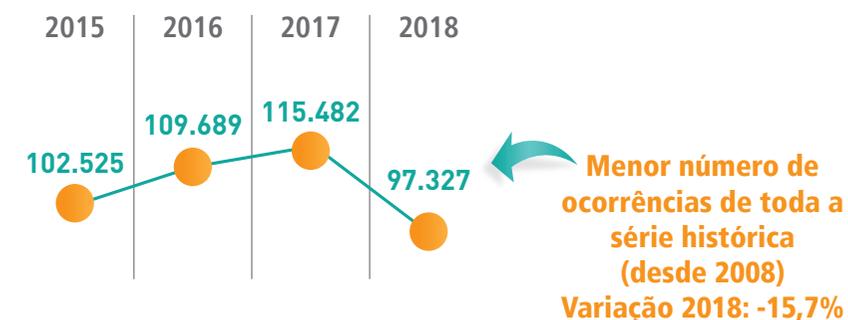
IGP, DETRAN-SC e demais áreas da segurança pública
R\$ 0,15 bilhão

Em 2018, Santa Catarina focou na reversão do seu quadro de violência dos últimos três anos por meio da inovação, da inteligência e da tecnologia.

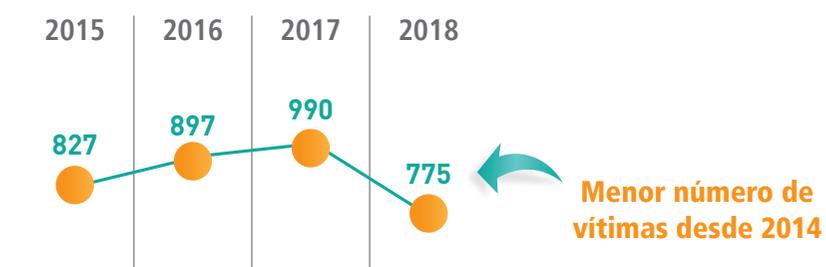
ROUBOS



FURTOS



HOMICÍDIOS



JUSTIÇA E CIDADANIA

O trabalho e a educação são considerados pelo Estado pilares estratégicos para a segurança nas unidades prisionais. Com isso, em 2018 foram realizadas melhorias, reformas e construções visando tornar o sistema mais humanizado e moderno.

VALOR GASTO R\$ 1,07 bilhão

Salários e encargos
R\$ 544,01 milhões



Manutenção dos serviços
R\$ 454,13 milhões



Obras, equipamentos e demais investimentos
R\$ 70,94 milhões

Outras despesas
R\$ 4,70 milhões

Em 2018, os valores aplicados na área serviram para manter 21.564 reeducandos distribuídos nas unidades prisionais.

Foi inaugurada a primeira penitenciária feminina para mulheres condenadas no Estado, localizada em Criciúma, com 286 vagas, trazendo a infraestrutura necessária a esse público, como creche, berçário, brinquedoteca, fraldário, lactário e espaços para estudo e trabalho.

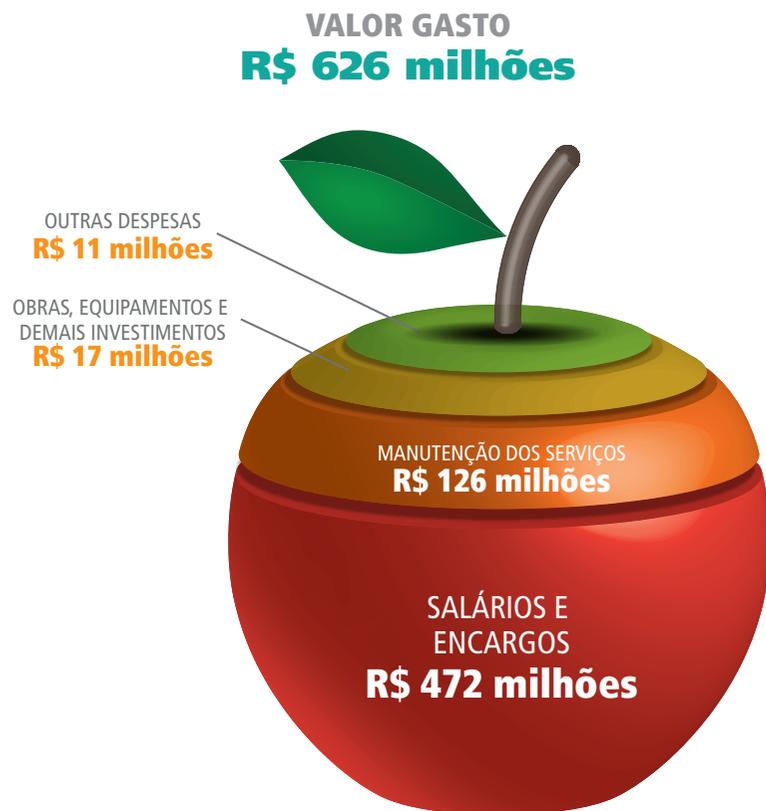
Você sabe qual a diferença entre presídio e penitenciária?

Nos presídios, ficam as pessoas que ainda não têm a sua sentença decretada. Já as penitenciárias são destinadas às pessoas que já receberam a sentença/condenação e que não possuem mais nenhum recurso para recorrer.

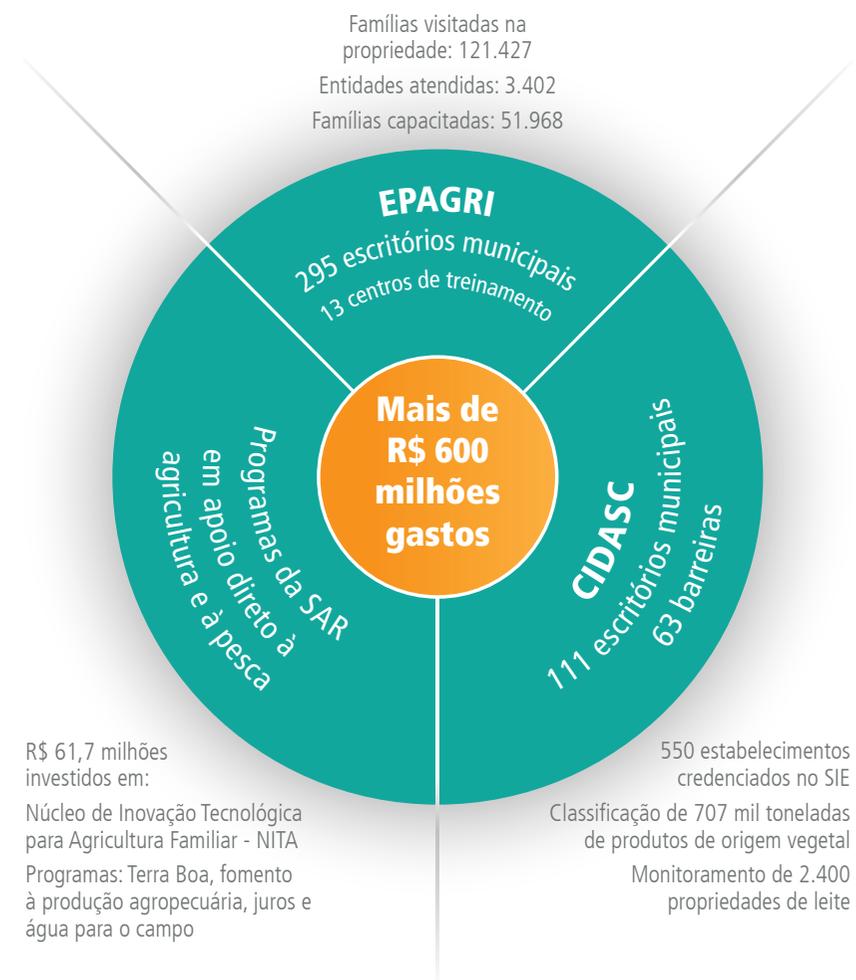


AGRICULTURA

A agricultura é um setor econômico que influencia de forma significativa o desenvolvimento do Estado. É a fonte de saúde para a população e está presente em boa parte dos produtos que consumimos. Também é uma atividade econômica importante por propiciar a geração de empregos e renda. Por isso, o Estado precisa oferecer condições para os agricultores continuarem a exercer as suas atividades no campo sem precisar migrar para a cidade ou para outras atividades.



Em 2018, o Governo do Estado investiu mais de R\$ 600 milhões na área da agricultura em quatro grandes eixos: comercialização, pesquisa agropecuária e extensão rural, defesa sanitária animal e vegetal, e fomento agropecuário, que foram realizados pelas estruturas da Epagri¹⁰, da CIDASC¹¹ e da SAR¹².



10 Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.
11 CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina.
12 SAR – Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina.

SERVIDORES ATIVOS

Servidor público é a pessoa que ocupa legalmente cargo ou função pública para prestar serviços à sociedade e ao Estado visando ao interesse público e ao bem comum. Por isso, os servidores públicos são a parte fundamental da prestação dos serviços pelo Estado para possibilitar o atendimento à população. Médicos, professores, policiais e outros profissionais garantem a continuidade e a prestação de serviços públicos de qualidade.

VALOR GASTO
R\$ 10,02 bilhões



EDUCAÇÃO
R\$ 2,55 bilhões
25%



SEGURANÇA
R\$ 2,01 bilhões
20%



SAÚDE
R\$ 1,14 bilhão
11%



OUTRAS ÁREAS
R\$ 4,32 bilhões
43%

PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

A previdência objetiva assegurar os benefícios de aposentadoria aos servidores públicos e de pensão por morte a seus dependentes. Em 2018, ela foi custeada pela contribuição dos servidores (14%) e pela contribuição patronal paga pelo Estado (28%).

Além dessas duas contribuições, o sistema necessita de um aporte adicional do Estado para cobrir o déficit previdenciário (despesas maiores do que a arrecadação previdenciária).

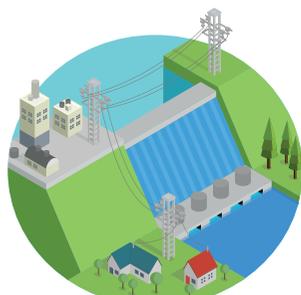
VALOR GASTO
R\$ 6,42 bilhões
QUE SÃO CUSTEADOS POR



OBRAS DE INFRAESTRUTURA

As obras de infraestrutura correspondem aos valores aplicados em estradas, barragens, portos e aeroportos, os quais são muito importantes para o desenvolvimento da economia catarinense e também para atrair novos investimentos para o Estado.

VALOR GASTO
R\$ 525 milhões



BARRAGENS
R\$ 3 milhões



RODOVIAS
R\$ 498 milhões



PORTOS
R\$ 23 milhões



AEROPORTOS
R\$ 1 milhão

Em 2018, foram feitos investimentos em obras de infraestrutura para melhoria da capacidade de rodovias, portos, barragens e aeroportos catarinenses em diversas regiões do Estado.

Destacam-se a ampliação da Avenida Santos Dumont (Joinville) e da Rodovia Antônio Heil (Brusque), a implantação do novo acesso ao sul da ilha (Florianópolis) e as obras na bacia de evolução dos portos de Itajaí e de Navegantes.

Além das obras de infraestrutura, também foram realizadas reformas, ampliações e manutenções nas mais diversas áreas de atuação estadual.



ASSISTÊNCIA SOCIAL

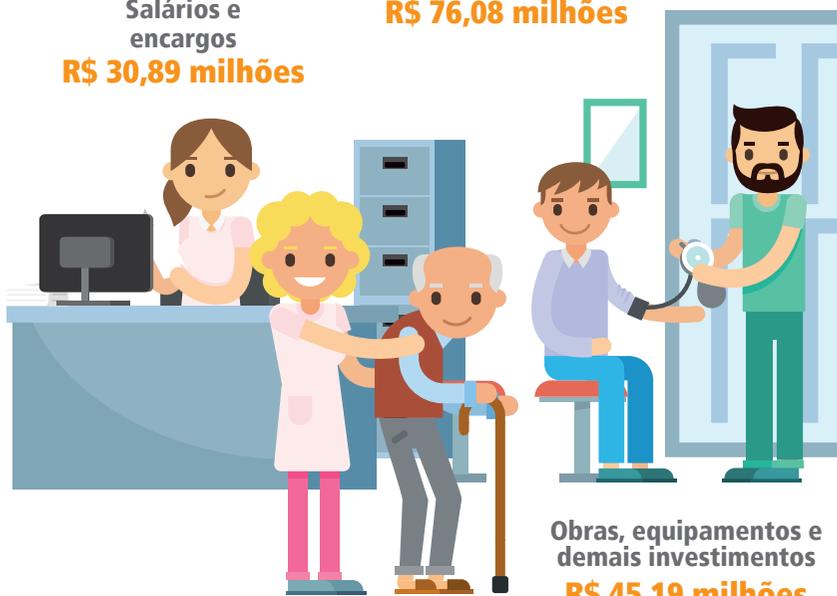
A assistência social busca auxiliar os cidadãos que apresentam necessidades especiais, sejam elas físicas, psíquicas, sensoriais ou sociais. Por isso, tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos grupos especialmente vulneráveis, como os idosos, a população prisional, os deficientes e os doentes crônicos ou mentais. O Estado busca atender qualquer pessoa que esteja numa situação de dependência para melhorar o seu bem-estar integral.

VALOR GASTO
R\$ 152,16 milhões

Salários e encargos
R\$ 30,89 milhões

Manutenção dos serviços
R\$ 76,08 milhões

Obras, equipamentos e demais investimentos
R\$ 45,19 milhões



¹³ CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.

¹⁴ CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

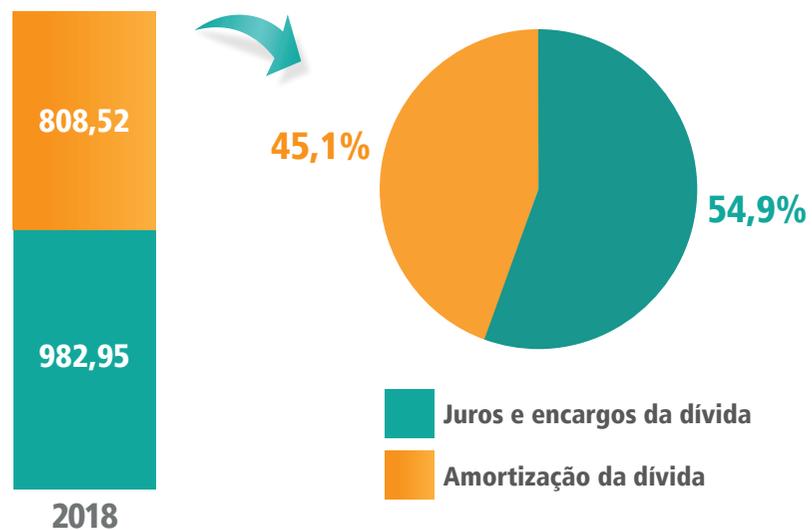
¹⁵ Programa Santa Renda: programa estadual de transferência de renda.

DÍVIDA PÚBLICA

A gestão da dívida pública merece atenção especial, pois o Estado precisa honrar os compromissos assumidos com instituições financeiras que repassaram dinheiro a título de empréstimos e financiamentos. Isso envolve o pagamento das parcelas que são compostas pelo valor principal (amortização) e pelos juros e encargos associados.

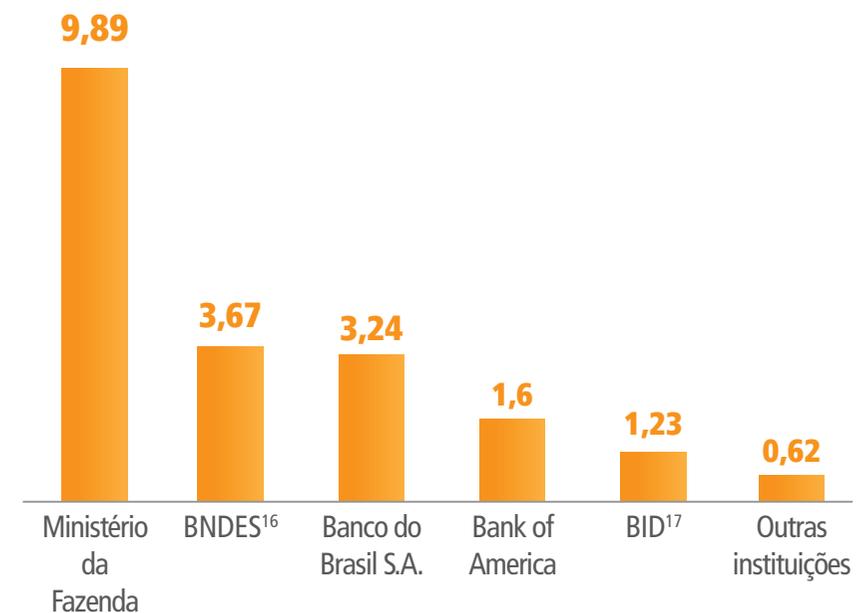
As despesas com pagamento da dívida em 2018 somaram R\$ 1,79 bilhão e corresponderam a 6,6% do total das despesas estaduais do ano.

DESPESA COM A DÍVIDA PÚBLICA (R\$ milhões)



O Estado chegou ao final de 2018 com R\$ 20,26 bilhões de dívida correspondentes ao valor principal devido de empréstimos e financiamentos.

PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA AS QUAIS O ESTADO DEVE (R\$ bilhões)



¹⁶ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

¹⁷ Banco Interamericano de Desenvolvimento.

CAPÍTULO 8

QUANTO FOI GASTO PELO ESTADO?

Após passar por algumas áreas de governo e conhecer um pouco mais acerca dos valores aplicados e das ações realizadas, você pode estar se questionando sobre qual foi o valor total gasto em 2018 pelo Estado.

O total gasto foi de R\$ 26,9 bilhões considerando os valores comprometidos no orçamento anual do Estado, ou seja, compromissos assumidos pelo Estado com fornecedores de materiais e serviços, assim como as despesas com pessoal, dívida pública e outras relacionadas à manutenção dos serviços públicos. Inclui os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além do Ministério Público, de forma consolidada.



CAPÍTULO 9

QUAL FOI O RESULTADO DO ANO?

Para você entender melhor o resultado apresentado a seguir, lembre-se do orçamento do Estado, para o qual foi estimado um valor de receitas que corresponde aos ingressos de recursos, e fixado um valor de despesas correspondente aos gastos nas diversas áreas e serviços públicos.

No decorrer de 2018, ocorreu a execução do orçamento, ou seja, as receitas foram arrecadadas, entrando dinheiro nos cofres públicos, assim como os recursos foram gastos. Confrontando-se as receitas líquidas (R\$ 25,76 bilhões) com as despesas executadas (R\$ 26,94 bilhões), apura-se o Resultado Orçamentário.



O resultado foi deficitário em R\$ 1,19 bilhão, indicando que as despesas orçamentárias executadas no ano foram maiores do que as receitas orçamentárias arrecadadas no mesmo período. Você pode ter achado estranho o fato de as despesas serem superiores às receitas, mas parte delas foi custeada com recursos de outros exercícios, como as sobras de caixas de 2017.

CAPÍTULO 10

VAMOS GOVERNAR JUNTOS?

Até aqui você pôde ter uma noção de como ocorre o funcionamento da máquina pública, entender que o Estado trabalha com escassez de recursos e precisa cada vez mais qualificar o gasto público, sabendo aplicar de forma eficiente e assertiva os valores que nele ingressam.

Você pode contribuir de diversas maneiras para o aperfeiçoamento da gestão estadual e para que o gasto governamental seja realizado com a melhor qualidade possível.

QUER SABER COMO?

1. Primeiro você pode acompanhar a gestão das finanças estaduais nos Portais da Transparência das entidades, como o Portal do Poder Executivo (transparencia.sc.gov.br). O Portal apresenta informações de forma estruturada e descomplicada, facilitando o entendimento do conteúdo. Nele você encontra informações sobre receitas, despesas, patrimônio, licitações, contratos, obras, transferências, remuneração dos servidores, diárias, dívida pública, além de ter acesso à prestação de contas do Governo de forma detalhada, aos instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO e LOA), entre outras informações que podem ajudar você a exercer a sua cidadania.



2. Você também pode participar das audiências públicas regionalizadas que acontecem durante a elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), e apresentar propostas que beneficiem a sua comunidade ou alguma política pública que afete diretamente a população.
3. Outra forma de estar mais próximo da gestão estadual é participar dos Conselhos Estaduais. Eles funcionam como órgãos consultivos, normativos e de fiscalização das políticas públicas. Atuando em diversas áreas como educação, saúde, assistência social, cultura, esportes, entre outros, os Conselhos possuem estatuto e regimento interno, e sempre contam com representantes da sociedade civil.



Chegamos ao término do Balanço Cidadão 2018, que retratou de forma geral como foram as finanças estaduais desse ano.

Você, cidadão, pôde aprender um pouco mais sobre o Estado e sobre as formas de atuar de maneira ativa no controle social.

Abrimos caminho para você aprofundar mais os seus conhecimentos e também ajudar a fiscalizar a prestação de serviços e a aplicação de recursos.

A sua participação é fundamental para construir um futuro melhor para todos nós.

VENHA COM A GENTE!